

## A ESCRITA DA HISTÓRIA

*Maria Eugênia Dias de Oliveira*  
UFMG

O primeiro narrador grego foi Heródoto. No capítulo XIV do terceiro livro de suas *Histórias*, encontramos um relato muito instrutivo. Seu tema é Psammenit. Quando o rei egípcio Psammenit foi derrotado e reduzido ao cativeiro pelo rei persa Cambises, este resolveu humilhar seu cativo. Deu ordens para que Psammenit fosse posto na rua em que passaria o cortejo triunfal dos persas. Organizou este cortejo de modo que o prisioneiro pudesse ver sua filha degradada à condição de criada, indo ao poço com um jarro, para buscar água. Enquanto todos os egípcios se lamentavam com este espetáculo, Psammenit ficou silencioso e imóvel, com os olhos no chão; e quando, logo em seguida, viu seu filho caminhando no cortejo para ser executado, continuou imóvel. Mas quando viu um de seus servidores, um velho miserável, na fila dos cativos, golpeou a cabeça com os punhos e mostrou os sinais do mais profundo desespero.

Essa história nos ensina o que é a verdadeira narrativa. A informação só tem valor no momento em que é nova. Ela só vive nesse momento, precisa entregar-se inteiramente a ele e sem perda de tempo tem de se explicar nele. Muito diferente é a narrativa. Ela não se entrega. Ela conserva as suas forças e depois de muito tempo é capaz de se desenvolver. Assim, Montaigne alude à história do rei egípcio e pergunta: por que ele só se lamenta quando reconhece o seu servidor? Sua resposta é que ele "já estava tão cheio de tristeza, que uma gota a mais bastaria para derrubar as comportas". É a explicação de Montaigne. Mas poderíamos também dizer: "O destino da família real não afeta o rei porque é o seu próprio destino". Ou: "Muitas coisas que

não nos afetam na vida nos afetam no palco, e para o rei o criado era apenas um ator". Ou: "As grandes dores são contidas, e só irrompem quando ocorre uma distensão. O espetáculo do servidor foi essa distensão". Heródoto não explica nada. Seu relato é dos mais secos. Por isso, essa história do antigo Egito ainda é capaz, depois de milênios, de suscitar espanto e reflexão. Ela se assemelha a essas sementes de trigo que durante milhares de anos ficaram fechadas hermeticamente nas câmaras das pirâmides e que conservam até hoje as suas forças germinativas<sup>1</sup>.

Este texto, bastante conhecido dos leitores de Walter Benjamin, atesta, segundo o Autor, que a escrita da história está enraizada na arte e no prazer de contar. O relato de Heródoto tira a sua força narrativa do fato de não se fechar em explicações definitivas e deixar sempre aberto o espaço para eventuais retomadas de sua significação<sup>2</sup>. O sentido propriamente humano surge da reiteração do conteúdo vivido partilhado pelas diversas gerações. A narrativa constitui-se a partir da sabedoria do homem e de sua existência vivida. A experiência das gerações sobrevive à morte biológica no conteúdo sapiencial que se conserva na força da tradição.

Entre os seres vivos, o homem é o único capaz de dar as razões de suas ações e superar a sua imediatidade inscrevendo-as em um todo dotado de sentido coerente. A linguagem é o meio da transmissão e comunicação do saber adquirido. Nela se estrutura de modo subsistente a dimensão da socialidade humana.

A época atual recusa o passado como um texto que perdeu o sentido. À rememoração da experiência da tradição substitui-se o culto da perfeição a ser alcançada no futuro. O presente prepara o futuro e recusa o passado como testemunho da razão humana.

O passado não é mais visto como fonte de sabedoria. Os fatos passados não são mais rememorados para iluminar a ação presente. Talvez possamos identificar no esvaziamento da função pedagógica da história, afirma o Padre Vaz<sup>3</sup>, uma das razões da perda da consciência ética. Em nossa época a reflexão sobre a história, a meditação da experiência das gerações anteriores não é mais a *magistra vitae* do presente. A consciência moderna concebe o desenvolvimento da história dentro de um tempo sucessivo e irreversível, no qual a razão humana movimenta-se em uma crítica incessante do passado e a instauração contínua de um presente sempre novo.

Na exaltação da mudança, a nossa época se concebe como transformação contínua. O fulcro do valor, a pauta da ação desloca-

1. BENJAMIN, Walter, "O narrador. Considerações sobre a obra de Nikolai Leskov", *Magia e técnica, arte e política. Ensaio sobre literatura e história da cultura*, Obras Escolhidas, Volume I, Trad. Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo, Brasiliense, 1985.

2. Idem, *Ibidem*.

3. LIMA VAZ, Henrique Cláudio, "Política e História", *Síntese Nova Fase*, 39, 1987.

-se da experiência vivida no passado para construção utópica de um futuro como lugar da perfeição.

A desvalorização da tradição opera mesmo, afirma Padre Vaz, uma recuperação presentificadora do passado, sua reinterpretação dentro do horizonte ideológico da escrita do historiador que se transforma de "guardião do tempo", na expressão de Paul Ricoeur, em agente de domesticação de seu conteúdo reflexivo posto agora a serviço da justificação de instâncias ideológicas.

Os dilemas gerados pela moderna concepção da história desafiavam-nos a buscar as razões de sua incapacidade para expressar a totalidade da experiência vivida. A história-ciência submetesse ao critério da racionalização de um futuro aprimorado sem se preocupar muitas vezes em refletir sobre as suas condições de possibilidade.

Talvez possamos aproximar a concepção vaziana de realização do ser histórico do homem e a concepção antropológica implícita à obra de Paul Ricoeur.

4. RICOEUR, Paul, *Temps et Récit I*, Paris, Seuil, 1983; *Temps et Récit II. La configuration du temps dans le récit de fiction*, Paris, Seuil, 1984; *Temps et Récit III*, Paris, Seuil, 1985.

Paul Ricoeur<sup>4</sup> identifica na linguagem a dimensão ordenadora da presença do homem no mundo. Através da linguagem o homem expressa o mundo e se expressa dentro do mundo.

O tempo é a referência essencial do homem. O Autor pressupõe a existência de uma relação essencial entre a atividade de expressão linguística e o caráter temporal da experiência humana. "O tempo torna-se tempo humano na medida em que é articulado no modo narrativo e a narrativa atinge a sua plena significação quando se torna condição da existência temporal"<sup>5</sup>.

5. RICOEUR, Paul, *Temps et Récit I*, op. cit., p. 85.

A relação entre o tempo e a narrativa estabelecida por Ricoeur abarca a obra literária e a descrição historiográfica. A tarefa proposta é a de uma reconstrução hermenêutica do conjunto das operações pelas quais "a obra eleva-se do fundo opaco do viver, da ação e do padecimento para ser dada por um autor a um leitor que a recebe e partilha a sua ação"<sup>6</sup>.

6. RICOEUR, Paul, *Temps et Récit I*, op. cit., p. 86.

A análise da obra literária parte da *mimese* aristotélica como configuração da experiência humana. O autor da narrativa elabora uma significação articulada da ação humana. Molda sua obra a partir de uma semântica da ação do homem, de sua identificação através de seus traços estruturais. Ao descrever a ação, estabelece as mediações simbólicas, a articulação de seus objetivos e finalidades e uma síntese concatenando seus antecedentes e conseqüentes. A obra estruturada constitui uma segunda instância do processo mimético a partir de que vai se

elaborar a experiência interpretativa do eventual leitor. O conceito de tempo é a categoria hermenêutica básica do processo de configuração expressiva e de reconfiguração interpretativa.

Ricoeur volta-se também para a narrativa histórica com o objetivo de estabelecer as suas condições últimas de inteligibilidade. Também a narrativa histórica, sem perder o seu horizonte científico, liga-se à compreensão narrativa da experiência humana. O historiador constrói os parâmetros temporais apropriados ao seu objeto. A tarefa hermenêutica consiste nesse caso em esclarecer a intencionalidade do pensamento histórico quando visa à ação humana e à sua temporalidade básica.

O conhecimento histórico procede da compreensão narrativa e a historiografia inscreve-se na atividade mimética: os acontecimentos selecionados segundo uma compreensão semântica da ação, assimilados em sua dimensão simbólica, são assumidos na medida em que ocorrem no tempo; esses acontecimentos são assimilados dentro de construções temporais próprias à narrativa histórica que fornecerá a reconfiguração da ação histórica pelo leitor.

A dimensão explicativa própria da descrição histórica surge da compreensão do conteúdo vivido e de sua inserção dentro da trama narrativa da ordenação temporal. O historiador desenvolve um esforço de criação narrativa.

Grande parte da discussão epistemológica na moderna historiografia está centrada sobre a noção de acontecimento, central à abordagem clássica. O acontecimento é entendido nesse caso como átomo da mudança histórica.

De partida discute-se a própria estrutura ontológica do acontecimento e os seus limites epistemológicos. À sua realização em um tempo passado, à necessária vinculação à ação humana, ao seu caráter absolutamente singular opõem-se a universalidade da lei, a necessidade lógica e a noção de *écart* em relação ao modelo construído ou a toda invariante.

Poderíamos citar, a título de exemplo, algumas iniciativas provenientes da produção historiográfica francesa. Essas iniciativas atestam os esforços contemporâneos de discutir aspectos pertinentes ao tratamento da história.

Raymond Aron<sup>7</sup> aponta os limites da objetividade histórica. O historiador não se objetiva totalmente na construção do seu objeto. Ele compreende e explica os fatos passados, não atesta o acontecimento absoluto, ele o constrói. Não há propriamente objetividade em história, mas um tipo de compreensão que

7. ARON, Raymond, *Introduction à la philosophie de l'histoire: essai sur les limites de l'objectivité historique*, Paris, Gallimard, 1938.

introduz, no nível do pensamento causal por exemplo, uma probabilidade retrospectiva. O passado como soma do ocorrido dissolve-se na realidade histórica cujo critério de objetividade é diferente da necessidade lógica ou física. A relatividade das análises históricas e o caráter parcial das relações causais é dado constitutivo do espírito humano.

8. MARROU, H. I., *De la Connaissance historique*, Paris, Seuil, 1954.

H. Irinée Marrou<sup>8</sup> considera que a compreensão está incorporada à “verdade da história”, ou seja, à verdade que a história pode suportar. A verdade da história é dupla: liga-se ao mesmo tempo à verdade sobre o passado e ao testemunho do historiador. Ao relacionar-se com o passado o historiador escolhe prioridades lógicas e as imprime na sua pesquisa.

9. BLOCH, Marc, *Apologie pour l'histoire ou Métier de l'historien*, Paris, Armand Colin, 7ème. éd., 1974.

Marc Bloch<sup>9</sup> introduz uma nova vertente metodológica, posteriormente assimilada pela *École des Annales*. Bloch define a história como o conhecimento através de traços, de relatos, de testemunhos “voluntários” e “involuntários”. Os testemunhos “involuntários” constituem-se a partir de traços familiares à arqueologia, à história econômica e à história das estruturas sociais. A noção de testemunho, que substitui a de documento deve ser discutida e criticada. O testemunho não se vincula mais às categorias de causa e efeito, mas ao caráter psíquico dos fenômenos históricos.

O alargamento das fontes documentais introduzido por Marc Bloch faz com que a explicação histórica consista essencialmente no estabelecimento das interações entre cadeias de fenômenos semelhantes. Coloca-se também aqui o problema da linguagem apropriada à designação das entidades do passado: devem-se manter as designações contidas nos documentos, considerando-as inclusive parte do testemunho, ou deve-se projetar sobre elas a terminologia moderna?

10. BRAUDEL, Fernand, *La Méditerranée et le Monde méditerranéen à l'époque de Philippe II*, Paris, Armand Colin, 1949.

Fernand Braudel<sup>10</sup>, representante da *École des Annales*, recusa identificar o acontecimento como obra de agentes individuais, como alterações pontuais que modificam os rumos da história. Para Braudel o objeto da história não é o indivíduo, mas o “fato social total” em todas as suas dimensões humanas — econômica, social, política, cultural, espiritual, etc. Há aqui a pressuposição de um *tempo social*, cujas categorias — conjuntura, estrutura, tendência, ciclo, crescimento, crise — são tomadas de empréstimo à economia, à demografia e à sociologia. O eixo da investigação desloca-se assim para história social cujo objeto é o fato social total.

No estudo da história social, surge o conceito de “longa duração” em oposição ao conceito de acontecimento. Só a “longa

duração" é capaz de dar conta das tendências profundas e da história social dos grupos. A "longa duração" é o tempo das tendências políticas e da história das mentalidades.

A *École des Annales* assume com Braudel a perspectiva da "longa duração" e introduz maciçamente na história procedimentos quantitativos próprios da economia, aplicando-os à história demográfica, social, cultural e até mesmo espiritual. Fica assim excluída a pressuposta unicidade do acontecimento histórico. A análise histórica nessa perspectiva pressupõe a existência de séries homogêneas de fatos que possam ser aproximados sob um ordenador comum e organizados sob a interseção de numerosas variáveis<sup>11</sup>.

Outro tipo de abordagem interdisciplinar é oferecido pela *história das mentalidades*. O historiador lança mão da sociologia das ideologias, da psicanálise, da semântica estrutural, da retórica do discurso para abordar o homem cotidiano, frequentemente privado da palavra pelo discurso dominante. A história restitui-lhe a fala, reconstituindo o sentido de suas atitudes a respeito do amor, da morte, do discurso falado ou escrito, da ideologia e da religião. A história social deve estabelecer séries homogêneas de fatos marcantes. O historiador "inventa" o seu tipo de documentos: registros de acusações, registros paroquiais, dispensas eclesiásticas etc.<sup>12</sup>.

A epistemologia da história desenvolvida por Carl G. Hempel<sup>13</sup> e identificada como "modelo nomológico" pressupõe que "as leis gerais têm funções análogas em história e nas ciências naturais".

A tese de Hempel refere-se ao estatuto do acontecimento. Um acontecimento pode ser explicado se é possível descrever suas condições iniciais e se pode ser incluído sob uma hipótese de forma universal, caracterizável como uma lei. Ou seja, um acontecimento é explicado quando é assumido sob uma lei e os seus antecedentes são legitimamente designados como as suas causas.

O pressuposto de regularidade entre as causas ou "condições determinantes" dos acontecimentos e os seus efeitos pressupõe a exclusão da especificidade do acontecimento histórico. Não se considera que o acontecimento histórico seja um acontecimento singular de tipo específico, mas um acontecimento eminentemente repetível como os acontecimentos físicos, por exemplo, e portanto perfeitamente subsumível sob leis gerais.

Resta saber se a história satisfaz a esse modelo. A história almeja de fato ser reconhecida como ciência. Seu objetivo é mostrar

11. CHAUNU, Pierre, *Histoire quantitative, histoire sérielle*, Paris, Armand Colin, 1978.

12. VOVELLE, M., *Piété baroque et déchristianisation en Provence au XVIII<sup>e</sup> siècle: les attitudes devant la mort d'après les clauses des testaments*, Paris, Seuil, 1979.

13. HEMPEL, G. C., "The Function of General Law in History", *The Journal of Philosophy*, 39, 1942.

que o conhecimento dos antecedentes e conseqüentes dos acontecimentos permite compreender como eles ocorreram, quais as condições simultâneas a eles e estabelecer relações amplas entre esses elementos. De onde surgem as leis gerais na história? Quem e a partir de que tipo de dados produz esses conceitos generalizantes capazes de abarcar as relações comuns entre os acontecimentos históricos?

O modelo de Hempel descreve uma explicação ideal. Isto não significa que se pretenda desacreditar a prática historiográfica, mas que certas condições são necessárias para que a história seja reconhecida como uma ciência. Por exemplo, o conhecimento dos antecedentes e de certas condições simultâneas ao acontecimento permitem ver que ele não ocorre ao acaso, e que pode ser previsto quando se tenham verificado certas hipóteses aptas à sua explicação.

Na realidade, é preciso observar que a história não é ainda uma ciência plenamente desenvolvida e as generalizações estabelecidas pela explicação histórica não exprimem regularidades, mas probabilidades, hipóteses aproximativamente universais.

Hempel admite, a despeito de sua pretensão de equiparar o estatuto científico da história ao das outras ciências experimentais, que a história oferece pelo menos um “esquema de explicação”. A verificação de regularidades, ainda que não formuladas como leis explícitas e verificadas, indica a eventualidade de regularidades expressas e aponta as iniciativas aptas ao modelo de explicação científica.

Paul Ricoeur demonstra que posições tão diversas entre si quanto as direções epistemológicas contidas no ataque ao acontecimento nos historiadores que defendem a “longa duração” e a tentativa de descobrir o caráter científico da história na formulação de leis gerais por Hempel têm em comum o desconhecimento do estatuto narrativo implícito à noção de acontecimento histórico.

Hayden White<sup>14</sup> estabelece uma correlação entre história e ficção literária. Essa “poética” do discurso histórico é designada pelo Autor como *Meta-história*.

Três pressuposições estão presentes à constituição da *Meta-história*. Em primeiro lugar, considera-se que ficção e história pertencem à mesma classe de discurso narrativo. A segunda pressuposição estabelece que história e ficção, assim como história e literatura estão próximas uma da outra. Em terceiro lugar, considera-se que toda grande obra histórica traz em si mesma uma visão de conjunto do mundo histórico.

14. WHITE, Hayden, *Meta-history. The Historical Imagination in the XIXth. Century in Europe*, Baltimore and London, The John Hopkins University Press, 1973.

A abordagem das condições de "cientificidade" do discurso histórico é abandonada em proveito da interpretação das narrativas históricas como *ficções verbais* bastante aproximadas das elaborações literárias. Este novo enfoque do discurso histórico transfere para a historiografia vários conceitos até então específicos da crítica literária. Interessa considerar agora que também a escrita da história é constitutiva do modo de compreensão histórico. A história é historiografia, é um artifício literário.

Hayden White procura, através da concepção da *Meta-história*, romper a resistência de historiadores que identificam a garantia da objetividade histórica no definitivo afastamento entre história e ficção e a de críticos literários que estabelecem fronteiras definitivas entre o imaginário e o real.

A noção de configuração narrativa (*emplotment*) não se identifica totalmente com a noção de "narrativa histórica". O sentido de configuração narrativa na obra de H. White só se define pela interação com outros elementos.

A trama (*plot*) situa-se entre a história narrada (*story*) e o argumento (*argument*). A "crônica" é a primeira articulação do mundo histórico. A história narrada (*story*) distingue-se da crônica dos acontecimentos porque já traduz um modo de organização da narrativa. O curso da história (*telling stories*) é uma narrativa seqüencial, com princípio, meio e fim. Organiza-se em função de "motivos" e "temas" que já delimitam subconjuntos expressivos.

A trama (*plot*) sobrepõe motivos explicativos aos contidos na história narrada (*story*); explica a própria história narrada ao identificar a classe tradicional de sua configuração. A narrativa histórica deverá ser analisada a partir da categoria narrativa em que se insere.

A trama narrativa (*plot*) distingue-se do argumento narrativo (*argument*). O argumento designa o tema da narrativa. A explicação através de argumentos distingue-se da simples configuração narrativa.

O historiador argumenta de modo formal, explícito, discursivo. Seu modo de argumentar pertence ao campo narrativo, a tipologia desse campo é bastante variada. Cada modo de argumentar traz em si uma pressuposição de caráter meta-histórico sobre o campo histórico e sobre as expectativas de explicação histórica. São quatro grandes paradigmas: formalista, organicista, mecanicista, contextualista.

15. MANNHEIM, Karl, *Ideologie und Utopie*, Bonn, Cohen, 1929.

Por sua vez, a explicação histórica através desses quatro paradigmas conduz a uma quinta ordem de estrutura narrativa que é a explicação por implicação *ideológica*. Este modo explicativo representa uma tomada de posição ética caracterizada por determinado modo de escrever a história. Trata-se sobretudo da natureza de consciência histórica que estabelece a ligação entre a explicação dos fatos passados e o presente. A classificação das ideologias é tomada de empréstimo a K. Mannheim<sup>15</sup>: anarquismo, conservadorismo, radicalismo e liberalismo.

A configuração narrativa (*emplotment*) é o *type (kind)* a que pertence a história narrada, ou seja, é uma categoria narrativa culturalmente definida. A tradição narrativa constitui-se dialeticamente através da inovação e da sedimentação. A configuração é, por si mesma, um modo de explicação: a "explicação através da configuração". A identificação do tipo de história que foi narrada já é um nível de sentido da história. O conjunto das histórias reunidas pelo historiador organiza-se em formas *arquetipais*.

16. FRYE, Northrop, *The Anatomy of Criticism. Four Essays*, Princeton, Princeton University Press, 1957.

Essas *formas arquetipais* são tomadas da classificação tipológica elaborada por Northrop Frye<sup>16</sup>: as configurações narrativas em história poderão, com as configurações literárias, ser românticas, trágicas, cômicas e satíricas.

Na teoria do *estilo historiográfico* elaborada por H. White, a trilogia de base — *story, emplotment, argument* — é exemplificada através de três obras. A *Histoire de l'Allemagne à l'époque de la Réforme* de Ranke constitui uma explicação em função do curso da história (*story-line*). *La Démocratie en Amérique* de Tocqueville apresenta uma explicação em termos de argumento (*argument*). A obra de Burckhardt, *La Culture de la Renaissance en Italie*, é uma explicação em termos de intriga (*emplotment*).

Todas as três obras incluem naturalmente elementos do curso da história, da intriga e do argumento. Ranke ilustra o tipo de historiografia "narrativista": início, meio e fim da história ocorreram antes do presente do leitor. O argumento descreve as mudanças ocorridas à Alemanha na época da Reforma e a intriga mostra como as coisas se desenvolveram ali.

Tocqueville descreve uma história (*story*) que deverá receber um fim a partir da ação do leitor. A descrição estende-se sobre a parte central dessa história enfatizando o tipo de estrutura que liga as classes sociais, a democracia política, a cultura, a religião etc.

Burckhardt desenvolve principalmente um argumento: a narrativa descreve, de fato, o surgimento do individualismo na Renascença.

O segundo nível da teoria do *estilo* historiográfico combina a tripartição história narrada, intriga e argumento (*story, emplotment, argument*) à tipologia da configuração narrativa. Burckhardt representa o modo irônico da configuração histórica, Michelet descreve a história no modo romanesco, Ranke no modo cômico e Tocqueville no modo trágico.

O terceiro nível da teoria do *estilo* historiográfico combina as três tipologias da configuração narrativa, da argumentação e da implicação ideológica. A combinatória resultante dessa aproximação de tipologias aponta as “afinidades eletivas” de onde emergem os estilos historiográficos identificáveis.

A história apresenta uma ambição pela verdade. No estudo da dimensão constitutiva de sua natureza, a análise hermenêutica considera os aspectos temporais que aproximam a história da narrativa literária. A ficção literária pode produzir “fábulas sobre o tempo”, a narrativa histórica ordena dentro do tempo a experiência vivida estabelecendo assim as condições de sua compreensão. Em ambos os casos, a trama do sentido articula a configuração expressiva do texto à reconfiguração hermenêutica do leitor.

Paul Ricoeur conduz a investigação hermenêutica sobre a poética da narrativa histórica, considerando a realidade do passado histórico a partir do mundo do texto e do mundo do leitor e demonstrando a existência da interpenetração entre história e ficção<sup>17</sup>.

17. RICOEUR, Paul. *Temps et Récit III*, op. cit.

Os diversos modos de apreensão do mundo encontram na escrita narrativa a forma privilegiada de revelação da temporalidade essencial do homem, ou seja, do humano do humano. A reflexão criteriosamente desenvolvida por P. Ricoeur ao longo dos três volumes de sua obra sobre tempo e narrativa conclui pela impossibilidade de dissociar o tempo e articulação lingüística e aponta a dimensão antropológica essencial do homem. “A narrativa é a *guardiã do tempo*, na medida em que só o tempo pensado pode ser narrado”.

Endereço da autora:

R. Dante, 494 / 201

30240 — Belo Horizonte — MG